

Desastre no Rio Doce: redes de relações do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB)

Alexsander Fonseca de Araujo¹

Euzeneia Carlos¹

¹ Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil

Neste artigo, examinamos a estrutura de redes de relações do Movimento dos Atingidos por Barragens no Espírito Santo (MAB-ES), no desastre no Rio Doce. Este foi um desastre sem precedentes no Brasil, desencadeado pelo rompimento de barragem de rejeitos de mineração da Samarco, Vale e BHP Billiton, em 2015, em Minas Gerais. Após o desastre no Rio Doce, a difusão do MAB para o Espírito Santo foi marcada pela construção da identidade coletiva de atingido. O MAB-ES também desempenhou um importante papel de organização e de articulação das pessoas afetadas, agindo na formação organizacional e identitária da sociedade civil local. Nesse cenário de injustiças socioambientais, como se configuraram as redes de relações do MAB-ES no conflito com autoridades e corporações? Quais processos e mecanismos influenciam a dinâmica das redes e como elas mudam ao longo do tempo? Utilizando métodos de pesquisa mistos, cinco anos do desastre socioambiental (2015-2020) foi examinado: (i) survey aplicado a 44 ativistas de 36 movimentos sociais e organizações civis no Espírito Santo; (ii) entrevistas em profundidade com 4 ativistas do MAB-ES; e (iii) análise de redes sociais do MAB-ES. O estudo demonstra um processo de expansão, mudanças e estabilização nas redes de relações do MAB-ES ao longo do tempo, com destaque ao papel de mobilização dos atingidos e de intermediação do conflito, cujo processo opera os mecanismos de *brokerage* e de difusão.

Palavras-chave: movimento de atingidos por barragens; desastre no rio doce; redes de relações; *brokerage*; Espírito Santo.

Rio Doce disaster: networks of the Movement of People Affected by Dams (MAB)

In this article we examine the structure of the relationships networks of the Movement of People Affected by Dams in Espírito Santo (MAB-ES) in the Rio Doce disaster. It was a disaster unprecedented in the Brazil triggered by collapse of the Fundão dam of the Samarco, Vale, and BPH Billiton mining companies in 2015, in Minas Gerais. Following the Rio Doce disaster, the diffusion of MAB to Espírito Santo was marked by the construction of a collective identity among those affected. MAB-ES also plays an important role in organizing and articulating the people affected, acting in the organizational and identity formation of local civil society. In this scenario of socio-environmental injustices, how are the MAB-ES relationship networks configured in their conflict with authorities and corporations? What processes and mechanisms influence the dynamics of these networks, and how do they change over time? Through mixed-method research, five years of the socio-environmental disaster (2015-2020) were examined: (i) survey of 44 activists from 36 social movements and civil organizations in Espírito Santo; (ii) in-depth interviews with 4 activists; and (iii) social networks analysis. The study highlights a process of expansion, changes and stabilization of MAB-ES relationship networks over time, demonstrates its role in mobilizing and intermediating the conflict, a process that operates the mechanisms of brokerage and diffusion.

Keywords: movement of people affected by dams; doce river disaster; Networks; brokerage; Espírito Santo.

Introdução

Este artigo tem como objeto as redes de relações do Movimento de Atingidos por Barragens no Espírito Santo (MAB-ES), considerado o principal ator coletivo no processo de mobilização social em prol dos direitos de reparação e compensação dos atingidos pelo desastre no Rio Doce. Provocado pelo rompimento da barragem de Fundão, localizada no distrito de Bento Rodrigues no município de Mariana (Minas Gerais), em 05 de novembro de 2015, de responsabilidade das corporações multinacionais Samarco, Vale S/A e BHP Billiton, o desastre ocasionou o despejo de aproximadamente 55 milhões de m³ de rejeitos de mineração. Considerado o maior do mundo em volume de rejeitos de mineração (BOWKER; CHAMBERS, 2015), o desastre atingiu 49 municípios nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, deixou 19 vítimas e degradou os ecossistemas terrestre e aquático da bacia e foz do Rio Doce. Os impactos são múltiplos e complexos, tendo afetado a cadeia produtiva da pesca, a segurança alimentar e a saúde da população, com danos aos meios de subsistência local, às relações de trabalho e à organização social. Nesse cenário de injustiças socioambientais, o objetivo deste artigo é analisar as configurações das redes de relações do MAB-ES, no bojo do confronto político com autoridades e corporações, identificando os processos e mecanismos de sua expansão, mudanças e estabilização ao longo do tempo e seu papel na ação coletiva.

O confronto político perpassa as esferas das demandas da sociedade civil, em contrapartida às empresas privadas e ao poder público, que tutelam a gestão institucional da reparação do desastre por meio de acordos de negociação judiciais e extrajudiciais. O primeiro acordo celebrado foi o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), em maio de 2016, entre a União, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo e as mineradoras. O acordo estabeleceu os programas de reparação, compensação e indenização dos danos a serem executados por uma fundação privada – a Fundação Renova (FR). Também criou-se o Comitê Interfederativo (CIF), com suas câmaras técnicas, responsável pelo acompanhamento e fiscalização das ações da FR. Esse acordo foi questionado por movimentos sociais e organizações civis e não homologado pelo Ministério Público Federal (MPF). Em decorrência, no ano de 2017, o MPF assinou o Termo de Ajustamento Preliminar (TAP) e logo depois o TAP Aditivo. Porém, somente em 2018 um novo acordo entre as partes foi assinado – TAC Governança (TAC Gov) – que previa a participação dos atingidos na governança, a assessoria técnica e a repactuação dos programas em execução pela FR (SOUZA; CARLOS, 2019). O “sistema de governança híbrido” estabelecido pelo TTAC, composto por representantes governamentais no CIF e pela FR, representando os interesses corporativos das empresas, “produziu uma combinação peculiar de governança corporativa e desgovernança pública e social” (GURZA LAVALLE; CARLOS, 2022).

Na governança do desastre, as populações atingidas foram excluídas do direito à participação nas instâncias decisórias e na definição dos conteúdos dos danos e das reparações (CARLOS, 2019; LOSEKANN; MILANEZ, 2018). Foi conferido um tratamento administrativo aos conflitos socioambientais que desconsiderou a assimetria de recursos e de poder nas relações entre empresas, governos e atingidos. Numa perspectiva de contratualização e de harmonização do conflito (ACSERALD, 2014), as autoridades estipulam as regras para uma resolução negociada do conflito, em geral, impondo condutas autoritárias e concepções excludentes à participação no enquadramento dos problemas e soluções (VALENCIO, 2016).

Segundo Carlos (2020), as restrições institucionais à participação dos atingidos e dos movimentos sociais produziram incentivos para a mobilização social fora do sistema de governança. Contestando as decisões das autoridades e buscando influenciar o processo reparatório, a sociedade civil protagonizou um processo de inovação organizacional, por meio do uso não convencional das formas de organização preexistentes, estabelecendo as bases da mobilização por meio da “territorialização de organizações emergentes” (CARLOS, 2020). Nesse processo, o MAB-ES agiu como “incubadora do movimento contencioso influenciando sua formação organizacional e identitária” (CARLOS, 2020, p. 686). No decurso do tempo, uma onda de protestos também foi desencadeada, com picos de mobilização no episódio de colapso da barragem e nos aniversários do desastre, impulsionando a inovação nos repertórios de ação coletiva, por meio da combinação entre táticas extrainstitucionais, institucionais e multiescalares¹ (CARLOS, 2022). Segundo Losekann (2016), o papel do MAB no Espírito Santo foi de ator mobilizador, definido como um ator externo, que atribui atenção às causas dos afetados locais, legitimando suas reivindicações, principalmente transformando em engajamento para a ação coletiva.

O Movimento de Atingidos por Barragens no Espírito Santo foi proeminente no cenário de injustiças socioambientais, entre outras organizações civis e movimentos sociais emergentes no confronto político, como o Fórum Capixaba de Defesa do Rio Doce. O MAB Nacional² se estabeleceu no Espírito Santo logo após o rompimento da barragem de Fundão, dando origem ao MAB-ES, cujo processo de difusão se notabilizou pela construção da identidade coletiva de atingido nos territórios capixabas (ARAUJO, 2021).³ No Espírito Santo, não existiam mobilizações de afetados por barragens, porém, a articulação com movimentos e organizações locais e tradicionais de pautas progressistas convergentes e historicamente aliados, possibilitou uma fixação exitosa do MAB no estado (LOSEKANN, 2018). Além do papel na organização e na mobilização da ação coletiva, o MAB-ES agiu na articulação de redes de ativismo em nível local, nacional e internacional, agenciando através da formação política o recrutamento de ativistas locais e a mobilização

de bases nos municípios (ARAUJO, 2021). Cabe ressaltar que esse repertório de estratégias é historicamente utilizado pelo MAB Nacional, ou seja, mobilização em bases locais e articulação de redes no âmbito regional, nacional e internacional, a exemplo da articulação com a Via Campesina (SCHERER-WARREN; REIS, 2007).

Neste artigo, partimos do processo de difusão do MAB para o Espírito Santo e buscamos compreender seu papel no confronto político do desastre, norteado pelas seguintes questões: como se configuram as redes de relações do MAB-ES no conflito com autoridades e corporações? Quais processos e mecanismos operam na dinâmica de redes e como se transformam ao longo do tempo?

O estudo se enquadra nas teorias dos movimentos sociais, especificamente as abordagens do confronto político (TILLY; TARROW, 2015) e de redes sociais (DIANI, 2003), no fito de investigar as configurações das redes e identificar os processos e mecanismos que influenciam a mobilização. A pesquisa combinou procedimentos do método qualitativo e quantitativo, aplicados aos atores coletivos no Espírito Santo: (i) survey de entrevista semiestruturada com ativistas de organizações da sociedade civil e movimentos sociais; (ii) entrevistas em profundidade com ativistas da coordenação do MAB e; (iii) Análise de Redes Sociais (ARS).

Argumentamos que a dinâmica de redes de relações do MAB-ES no desastre do Rio Doce é configurada por um processo de expansão, transformação e estabilização ao longo do tempo, engendrada por mecanismos relacionais que incidem sobre a mobilização e a intermediação na ação coletiva contestatória.

O artigo segue estruturado em três seções, afora esta introdução e a conclusão. A primeira seção apresenta o referencial teórico do estudo ajustado às teorias dos movimentos sociais e à análise de redes sociais. A segunda apresenta os instrumentos do método qualitativo e do método quantitativo de Análise de Redes Sociais (ARS) e sua aplicação no desenho de pesquisa. Já a terceira seção analisa dois tipos de estrutura de redes de relações: (i) uma rede inteira com as organizações civis e movimentos sociais do processo político do desastre e (ii) uma rede ego das relações do MAB-ES. Na configuração das redes, são enfatizadas as medidas de centralidade, intermediação (*brokerage*), clusters, expansão, proximidade e estabilidade e suas mudanças no tempo. Por fim, a conclusão apresenta os principais achados.

Do confronto político à análise de redes sociais

Neste artigo, propomos uma conexão entre a teoria do confronto político “*contention politics*” (TILLY; TARROW, 2015) e a abordagem de redes sociais (DIANI; MCADAM, 2003) para examinar as configurações das redes de relações do MAB-ES no desastre no Rio Doce e seu papel na mobilização.

Nas teorias de movimentos sociais, o enfoque do *contention politics* assume o confronto político como eixo ontológico das análises. As escolhas dos repertórios e táticas pelos atores coletivos são situadas no contexto político do conflito e entendidas como resultado de suas interações sustentadas com opositores e aliados (MCADAM; TARROW; TILLY, 2003). As inflexões nessa abordagem buscaram tensionar seu estruturalismo inicial por uma perspectiva mais dinâmica e relacional, enfatizando os processos e mecanismos que operam na ação coletiva (TARROW, 2012).

Os mecanismos consistem em dinâmicas sociais recorrentes que ocorrem em uma variedade de situações, identificados a partir da investigação de eventos e episódios de mobilização ao longo do tempo e em diferentes contextos (TILLY; TARROW, 2015). Ou seja: “uma classe delimitada de eventos que alteram as relações entre elementos específicos de maneira idêntica ou similar em várias situações” (MCADAM; TARROW; TILLY, 2003, p. 11). Segundo os autores, o papel dos mecanismos ao longo do tempo varia consideravelmente, dependendo das condições iniciais e das combinações com outros mecanismos. Seu papel não seria determinante, mas conjuntural a diferentes contextos políticos. Já os processos são combinações regulares e sequenciais de mecanismos que produzem transformações similares em eventos de confronto.

Por seu turno, a Análise de Redes Sociais (ARS) é uma abordagem útil, porque expande a perspectiva estruturalista da teoria do confronto político, que enfatiza a relação com o contexto político como cerne das dinâmicas de movimentos sociais, contribuindo para a ampliação da sua vertente relacional. De acordo com Melucci (1996), movimentos sociais são formados por laços sociais entre participantes e configuram uma complexa estrutura de redes que conecta uma multiplicidade de atores. Não obstante a grande variedade de redes sociais presentes na estruturação da ação coletiva, quase sempre é ignorada pelos estudiosos de movimentos sociais (DIANI, 2003).

ARS assume como premissa que as relações (ou laços) sociais estabelecidos por indivíduos, atores coletivos, associações, organizações e instituições constituem o elemento por excelência de estruturação da vida social. Essa abordagem compreende a ação social dos atores como constituída em relações múltiplas, dinâmicas e mutáveis (EMIRBAYER, 1997). Nesse enfoque, as redes expressam um substrato de fenômenos sociais que nos auxiliam na compreensão da complexidade das relações entre atores. As relações e seus elementos não são cristalizados, mas estão em constante dinâmica e afetam continuamente os processos sociais. Observa-se uma dupla interdependência entre os atores e seus contextos e entre os atores e suas relações. Aplicada aos movimentos sociais, a análise de redes sociais possibilita reconstituir o denso e complexo tecido relacional que estrutura as relações entre atores no interior de grupos e organizações, e destes com atores institucionais (DIANI, 2003).

Ambicionando uma abordagem dinâmica, Diani (2003) elaborou a noção de Rede de Movimento Social (RMS), pela qual os movimentos sociais são definidos como uma rede

de interações informais, compostos por uma pluralidade de atores que se engajam em relações de conflito com oponentes claramente definidos e compartilham uma identidade coletiva. O autor define as redes informais como estruturas nas quais atores ou organizações trocam práticas e recursos simbólicos por meio da coordenação de mecanismos de intercâmbio e distribuição que são negociados entre os próprios atores.

Ann Mische (2003) também defende uma visão dinâmica de redes sociais como processos culturais construídos comunicativamente na interação entre atores individuais, coletivos e organizacionais. A autora realça como as redes são construídas, modeladas e reconfiguradas por interações culturais. Sua perspectiva interpretativa e processual suplanta a noção de rede tão somente como canal de transmissão de recursos estratégicos. A análise de redes sociais oferece contribuições às teorias de movimentos sociais, concernentes à compreensão do “processo de construção da ação coletiva a partir de uma estrutura relacional e dinâmica” (CARLOS, 2011, p. 154).

No campo da ação coletiva de movimentos sociais, as redes engendram impactos em diversas dimensões, como na participação política (PASSY, 2003), nas escolhas táticas (HADDEN, 2015), na organização (DIANI; BISON, 2010) e na comunicação e cultura (MISCHE, 2003). Buscando explorar algumas dessas dimensões, neste artigo, investigamos dois mecanismos relacionais na estrutura da rede social do MAB-ES, que operam e alteram as conexões entre pessoas e grupos, como a intermediação (*brokerage*) e a difusão (TILLY; TARROW, 2015). A intermediação (*brokerage*) envolve não só a conexão entre atores outrora sem vínculos, mas também abarca a negociação entre as diferenças e o desenvolvimento de significados e ações em comum, mesmo que por provisão (GURZA LAVALLE; VON BÜLOW, 2014; VON BÜLOW, 2010). Por seu turno, a difusão aparece nesse processo disseminando o confronto geograficamente ou uma pauta política, ou um enquadramento interpretativo. Diversos estudos apontam a intermediação como mecanismo que opera na ação coletiva de movimentos sociais, seja pela importância dos intermediadores na dinâmica do confronto político, seja pelo papel que o intermediador (*broker*) desempenha.

Métodos e desenho de pesquisa

Para compreender o papel das redes sociais do MAB-ES no confronto político, a pesquisa empírica combinou instrumentos do método qualitativo e quantitativo, tendo como recorte temporal o colapso da barragem em 2015 até 2020. Inicialmente, a aplicação de duas técnicas do método qualitativo possibilitou um aprofundamento acerca do objeto de estudo: (i) caracterização das Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais (OSC/MS) dos territórios afetados no Espírito Santo, por meio de *survey* de entrevista semiestruturada, aplicado a 44 ativistas de

36 OSC/MS, em 2018 e (ii) entrevista em profundidade com quatro ativistas da coordenação do MAB-ES, aplicada em 2020.

As entrevistas de *survey* com ativistas foram realizadas presencialmente nos seus territórios, cuja seleção considerou a posição de centralidade do ator na OSC/MS e a técnica de *snow ball*. O *survey* cobriu os municípios de Colatina, Baixo Guandu, Linhares, São Mateus e Vitória e investigou a atuação das OSC/MS selecionadas, desde o rompimento da barragem em 2015 até 2018.⁴ Ao passo que a aplicação das quatro entrevistas em profundidade com ativistas da coordenação estadual do MAB-ES levantou suas percepções e as formas de atuação do movimento no estado.⁵ As perguntas sobre as redes sociais do MAB-ES, conduzidas em 2020, foram as mesmas do *survey* de 2018, assim como o número de representantes à época do movimento, totalizando quatro, o que permitiu a comparação entre as respostas obtidas nas entrevistas de 2018 e 2020. As informações coletadas foram processadas no *software NVivo Pro 11* para análise qualitativa de conteúdo. Na análise dos dados de redes, a técnica de observação participante realizada no acompanhamento de ações de mobilização do MAB no Espírito Santo, no período de 2018 a 2020, foi triangulada com as informações das entrevistas.

Adicionalmente, o método quantitativo de Análise de Redes Sociais (ARS) foi utilizado para processamento das redes obtidas nas entrevistas de *survey* e em profundidade. As informações coletadas foram processadas no *software Gephi* para aferição das medidas quantitativas e dos sociogramas de redes sociais. Para distribuição da posição e organização dos *grafos* de redes, foi usada a modelagem *ForceAtlas*. Na análise quantitativa dos dados, destacamos nas estruturas das redes as medidas de centralidade, intermediação (*brokerage*), clusters, expansão, proximidade e estabilidade e suas mudanças ao longo do tempo⁶. Tais medidas foram comparativamente aplicadas a duas estruturas de rede: a rede inteira das OSC/MS (obtida pelo *survey* de 2018) e a rede ego do MAB-ES (mapeada pelas entrevistas de 2020).

Configurando as redes de relações do MAB-ES ao longo do tempo: processos e mecanismos

O MAB no Espírito Santo exerceu o papel de organização e de articulação nos territórios em prol dos direitos de reparação e compensação das pessoas atingidas, agindo na formação organizacional e identitária da sociedade civil local (CARLOS, 2019). Como dito anteriormente, apesar da inexistência do movimento nos territórios capixabas antes do desastre, o movimento nacional obteve um processo de difusão exitoso nos territórios, acompanhado de um processo de construção da identidade coletiva, com o apoio de aliados históricos como MST, MPA, Sindicatos e Igreja Católica. Além disso, em sua dinâmica organizacional e de atuação, com trabalho de base

local e coordenação regional, nacional e internacional, o movimento potencializou ações coletivas em prol dos direitos de reparação dos atingidos.

Nesse sentido, destaca-se seu papel definido como incubadora de mobilizações sociais: “As incubadoras buscam criar e organizar novos movimentos, reconstruindo clivagens políticas e reorientando a contestação política” (CARLOS, 2019, p. 21). Um exemplo foi o estímulo e apoio para a formação de comissões de atingidos em cada território da bacia do Rio Doce, além de fóruns locais dos quais participam principalmente atores tradicionalmente existentes. Dessa forma, o MAB-ES descentralizou sua atuação, adaptando-se à tradição do associativismo local, e possibilitou múltiplas afiliações entre o movimento e representantes do associativismo local, articulando diferentes segmentos de atingidos e definindo o que a autora compreende como inovação organizacional (CARLOS, 2019; 2020).

Nesse processo de difusão para o Espírito Santo, também foi notório o papel da construção da “identidade coletiva de atingido” (ARAUJO, 2021, p. 63), a partir da formação política e da mobilização exercida pelo movimento nas bases locais. Evidenciado em enquadramentos interpretativos de palavras de ordem e campanhas, o conceito de atingido foi sendo forjado pelo movimento em oposição à noção de impactados imposto pelas empresas.

A construção da identidade coletiva de atingido pelo MAB no ES ocorre mesmo no processo de formação política, de organização das bases e de ação coletiva. A autoidentificação como atingido consiste em tomar consciência de si como sujeito de direitos. Nesse processo, os sujeitos afetados elaboraram sua interpretação sobre o problema (diagnóstico) e sobre as soluções (prognóstico), imbuída em enquadramentos motivacionais como justiça e transformação social (ARAUJO, 2021).

A luta social como recurso para conquista de direitos foi notabilizada pelo MAB-ES pelo uso de diversos repertórios de ação coletiva. Mediante a Análise de Eventos de Protestos (AEP) em notícias de jornais, Carlos (2022) constatou que o MAB-ES promoveu o maior número de eventos no período de 2015 a 2019, predominantemente extrainstitucional, como marchas e ocupações, mas também institucional, como lobby e mesa de negociação, além de táticas multiescalares de nacionalização e internacionalização da causa. Contudo, frisamos que compreender o papel do MAB-ES no confronto político do desastre perpassa outros processos e mecanismos coexistentes às dinâmicas de redes de relações que investigamos neste artigo.

Este é o propósito desta seção, analisar os resultados empíricos da pesquisa sobre o papel das redes de relações sociais no processo de mobilização do MAB-ES. A análise parte da noção de redes sociais como constituinte do conceito de movimento social (DIANI, 2003), logo, elas são os

lugares em que atores ou organizações trocam práticas e recursos simbólicos por meio da coordenação de mecanismos de intercâmbio que são negociados nos acordos entre os próprios atores.

A Análise de Redes Sociais (ARS) proporciona um levantamento dos padrões estruturais de vínculos, com *nós* e conexões que expressam um substrato estrutural dos fenômenos. Nesse caso, aplicamos os nós como entidades representadas em uma identidade coletiva, como movimentos sociais, organizações da sociedade civil e outros atores. Ao passo que as conexões são menções diretas de apoio em ações coletivas voltadas para os confrontos no desastre no Rio Doce. Conhecer as relações estruturadas dos movimentos sociais e organizações nos fornece a compreensão de suas configurações e características no processo político que estão envolvidos (HADDEN, 2015).

As subseções seguintes apresentam resultados empíricos obtidos em diferentes fontes de dados coletados: (i) *survey* de 36 OSC/MS aplicado em 2018, apresentando uma rede social inteira (*whole network*) do confronto do desastre; e (ii) entrevistas com a coordenação estadual do MAB-ES em 2020, apresentando uma rede individual (*ego network*). Discutimos o papel do MAB-ES nas duas estruturas de redes, sua configuração e dinâmica no processo político a partir de mecanismos relacionais como a difusão e a intermediação (*brokerage*).

Rede Inteira do desastre no Rio Doce (*whole network*)

A aplicação do *survey* permitiu identificar a rede de relações das OSC/MS no confronto político do desastre no Rio Doce, no ano de 2018. A partir das perguntas: “Com quais entidades da sociedade civil” e “Com quais instituições” a “OSC/MS realizou as atividades de mobilização após o desastre?”, foram levantadas as redes de apoio na realização de ações coletivas desenvolvidas em conjunto, sendo essa uma fonte de vínculos entre os atores. Todas as relações de redes identificadas, mútuas ou não, de uma forma ou outra, representam o apoio em participar de algum tipo de ação coletiva, como manifestação de rua, ocupações, barricadas ou fechamento de vias, abaixo-assinado, manifestações online, ocupações de cargo público, ação civil judicial, lobby e outras. Dos 44 ativistas de 36 OSC/MS que responderam sobre suas relações de apoio, somaram-se 86 organizações, entidades e instituições, como podemos observar no Anexo 1.⁷

Os segmentos representam a diversidade de relações em redes sociais das OSC/MS no contexto do desastre no Rio Doce, contemplando atores da sociedade civil e do Estado (Anexo 1). No segmento da sociedade civil, os atores se distribuem em categorias nativas do *survey*, assim contabilizados: ONGs – Organizações Não-Governamentais (total de 5), movimentos sociais e coletivos (10), associações de moradores (7), associações de pescadores, de comerciantes e de artesãos, e associações de esportes e de cultura (total de 15), entidades religiosas, pastorais sociais,

entidades assistenciais e de serviço de base religiosa e de base socioeconômica (perfazendo 13), além de 10 federações e comissões de articulação e fóruns, e de 7 associações de trabalhadores, patronais e sindicatos (vide Anexo 1, categoria).

Conforme a tipologia de organizações civis de Gurza Lavalle *et al.* (2007) e Gurza Lavalle e Von Bülow (2014), classificamos as categorias nativas em sete tipos: (i) ONGs, (ii) organizações populares, (iii) associações de bairro, (iv) associações comunitárias (economia local e de afinidade não econômicas), (v) entidades assistenciais (base religiosa e de base socioeconômica), (vi) articuladoras (comissões de articulação e fóruns multissetoriais) e (vii) associações trabalhistas e patronais (Anexo 1, tipologia). No confronto do desastre, foram predominantes as redes de apoio compostas sobretudo por associações comunitárias, seguido por entidades assistenciais nas quais se situam as entidades de base religiosa, depois por organizações populares, em que se enquadram os movimentos sociais como o MAB, e por articuladoras em que estão os fóruns multissetoriais, como o Fórum Capixaba de Defesa do Rio Doce (FCDRD) e, por fim, pelas associações de trabalhadores e sindicatos, pelas associações de bairro e em menor número pelas ONGs (Quadro 1). Somado a isso, o segmento sociedade civil representa 78% da estrutura da rede de relações das OSC/MS no desastre.

Ao passo que o segmento Estado foi registrado por 22% de menções a instituições, sendo composto sobretudo por órgãos do Executivo, como agências de meio ambiente e comitês de bacia hidrográfica, além de escolas e universidades. Seguido por órgãos do Judiciário e do sistema de justiça, como MP, DP, MPT e Procuradoria da República, e depois por atores do Legislativo, como vereadores e deputados estaduais e federais. Por fim, a estrutura da rede identifica uma menção à Fundação Renova, criada pelo TTAC por meio da execução dos programas de reparação nos territórios afetados. O Quadro 1 compara a distribuição dos atores da rede segundo as tipologias de sociedade civil, de Estado e de mercado.

Quadro 1. Tipologia de sociedade civil, de Estado e de mercado no desastre (2018)

Tipologia	Categoria	Frequência	Percentual
Associações Comunitárias	Associações comunitárias de economia local; Associações comunitárias de afinidades não econômicas	15	17%
Entidades Assistenciais	Entidades religiosas; Pastorais sociais; Entidades assistenciais e de serviço de base religiosa; Entidades assistenciais de base socioeconômica	13	15%

Quadro 1. Continuação.

Tipologia	Categoria	Frequência	Percentual
Organizações Populares	Movimentos sociais; Comissões, conselhos e comitês e organizações populares, coletivos	10	12%
Articuladoras	Federações e comissões de articulação; Entidades e fóruns multissetoriais	10	12%
Associações de Bairro	Associações de Moradores; Associação de Amigos e Moradores	7	8%
Associações de trabalhadores e patronais	Associação de trabalhadores; associações patronais; sindicatos	7	8%
ONGs	Organizações Não-Governamentais	5	6%
Órgãos do Executivo	Órgãos públicos; Universidade	11	13%
Órgãos do Judiciário	Sistema de justiça (DP, MP, MPT, PR)	4	5%
Legislativo	Vereadores; deputados	3	3%
Mercado	Fundação privada	1	1%
Total		86	100%

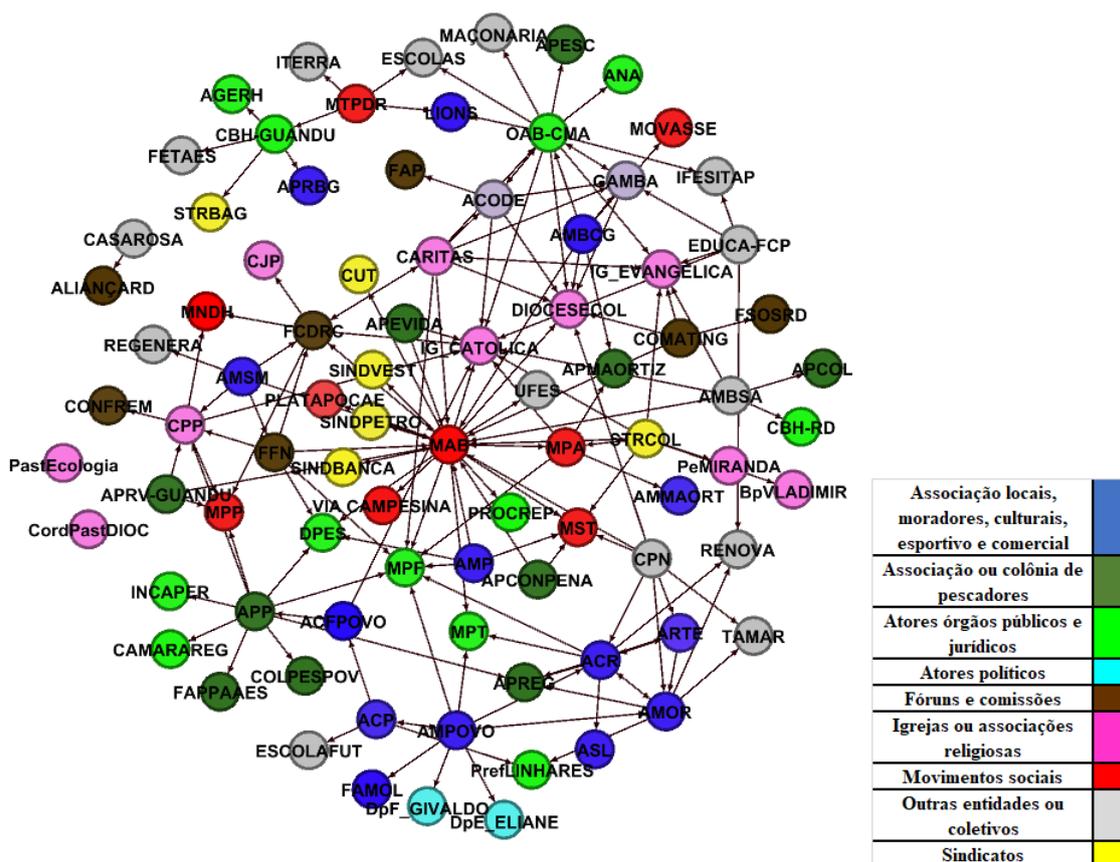
Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Anexo 1 do Survey (2018).

Centralidade (difusão)

Antes de processar as medidas de análise de redes sociais, apresentamos na Figura 1 a representação dos nós nas redes sociais por cores, a partir das categorias nativas (Anexo 1, categoria), agregando na legenda categorias com semelhanças entre si. A rede se estrutura pelas respostas dos

44 ativistas de 36 OSC/MS sobre suas relações de apoio em ações coletivas com diversos atores. As relações expressam certos tipos de padrões ao posicionar os nós e organizar a estrutura da rede⁸. Identificamos uma estrutura parcialmente segmentada e relativamente centralizada, com 86 nós e 183 links.

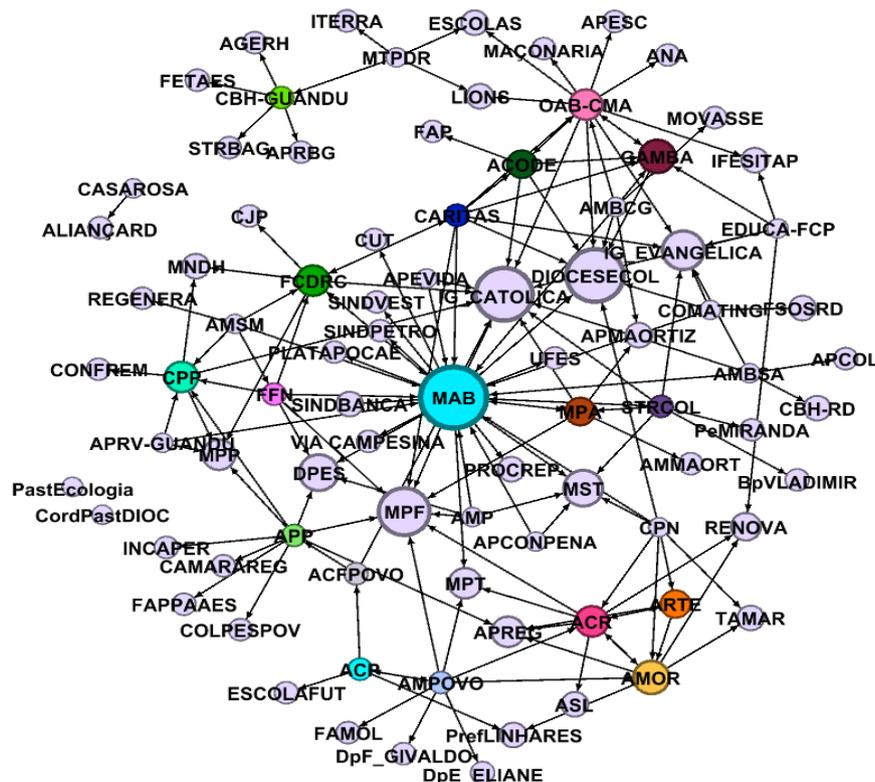
Figura 1. Rede social inteira por categorias e segmentos em cores (2018)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Survey (2018).

No sociograma da Figura 2, podemos observar as medidas de centralidade e de intermediação, e os mecanismos que operam no apoio às ações coletivas. O tamanho de cada nó demonstra a medida de centralidade ou grau de entrada que recebe, ou seja, quantas vezes o nó foi mencionado como uma relação de apoio em ações coletivas. A partir do grau de entrada, os nós estruturam o posicionamento da rede social. Com exceção dos nós de cor cinza-claro, todos os outros nós, que somam 18 atores, representam os intermediários ou *brokers*, por meio da medida de *betweenness centrality*, que é a frequência que o nó aparece nos caminhos mais curtos entre os nós da rede, como mostra a Figura 2.

Figura 2. Rede inteira de OSC/MS no desastre em 2018 (centralidade e *betweenness centrality*)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do *Survey* (2018).

Na estrutura da rede, a centralidade dos nós é definida pelo número de conexões que possui, ou seja, quanto mais conexões mais centralizados eles se posicionam. Como podemos ver na Figura 2, os maiores nós estão posicionados no centro da rede, o MAB-ES recebeu 15 links, seguido por organizações religiosas, como a Diocese de Colatina (DIOCESECOL) e Igreja Católica (IG_CATOLICA), com 12 links cada, MPF com 10 links, Igreja Evangélica (IG_EVANGELICA) com 7 links, MST e Defensoria Pública (DPES) com 6. Ou seja, esses atores preponderantes na estrutura da rede têm maior centralidade (Figura 2).

Como Diani (2003) postula, “no mínimo, as diferenças de centralidade testemunham uma tendência de fluxos de intercâmbio e comunicação para se concentrar em atores específicos e, assim, afetar como um movimento opera e constrói sua identidade” (p. 306). A maior centralidade aponta, assim, para o ator com maior fluxo de ações coletivas e seus vínculos de influência com outros atores (HANNEMAN; RIDDLE, 2005). A centralidade do MAB-ES na rede de relações corrobora, por exemplo, sua concentração de eventos de protestos em prol dos atingidos, realizados entre 2015 e 2019 (CARLOS, 2022).

A centralidade permite maior capacidade de escolhas para o MAB-ES, ampliando seu grau de influência no universo das redes de relações. Isso aponta para o fortalecimento das reivindicações do movimento, havendo maior transmissão de suas demandas, tanto por conexões diretas, quanto indiretas (WASSERMAN; FAUST, 1994). Consideramos que devido à dinâmica do confronto político, com drástica assimetria de poder entre o protagonista em prol dos atingidos e as antagonistas empresas mineradoras, a estratégia de centralidade e apoio do MAB-ES à causa é contínua, expressa nas suas reivindicações por reconhecimento de territórios e populações atingidas, configurando o mecanismo de difusão (ARAUJO, 2021; CARLOS, 2019). A dinâmica de difusão está no cerne da identidade coletiva do MAB Nacional (OLIVEIRA, 2016).

Intermediação (brokerage)

A centralidade de um ator também sugere o quanto outros atores o identificam como um aliado. Nesse sentido, a estrutura da rede aponta o MAB-ES como um dos atores com papel mais importante ou prestigiado (WASSERMAN; FAUST, 1994), na atuação de ações coletivas. O fluxo de conexões do MAB-ES o permite também ter o maior grau de *betweenness centrality*, sendo o nó que aparece nos caminhos mais curtos entre os nós da rede (Figura 2). Por meio do mecanismo de *brokerage* (intermediação), os *brokers* têm poder de conectar outros nós indiretamente, de certa forma, fazendo pontes com outros grupos de nós mais segmentados na estrutura da rede.

São 18 atores⁹, apresentados na Figura 2, com nós coloridos, que mostram medidas de intermediação, mesmo que em menor intensidade por não possuírem a quantidade de relações do MAB-ES. Esses atores configuram uma intermediação de *gatekeeper*, ou seja, são porteiros de conexões de alguns nós específicos. Por exemplo, o Comitê de Bacia Hidrográfica de Baixo Guandu (CBH-GUANDU) está na parte superior da rede em sua margem, sendo porteiro de quatro conexões de nós isolados; além da intermediação do Fórum Capixaba de Defesa do Rio Doce (FCDRD), tipificada como articuladora multissetorial. Expressa-se assim na intermediação, sem juízo de valor, a dependência de vínculos com outros atores atribuindo a importância do intermediador para as relações.

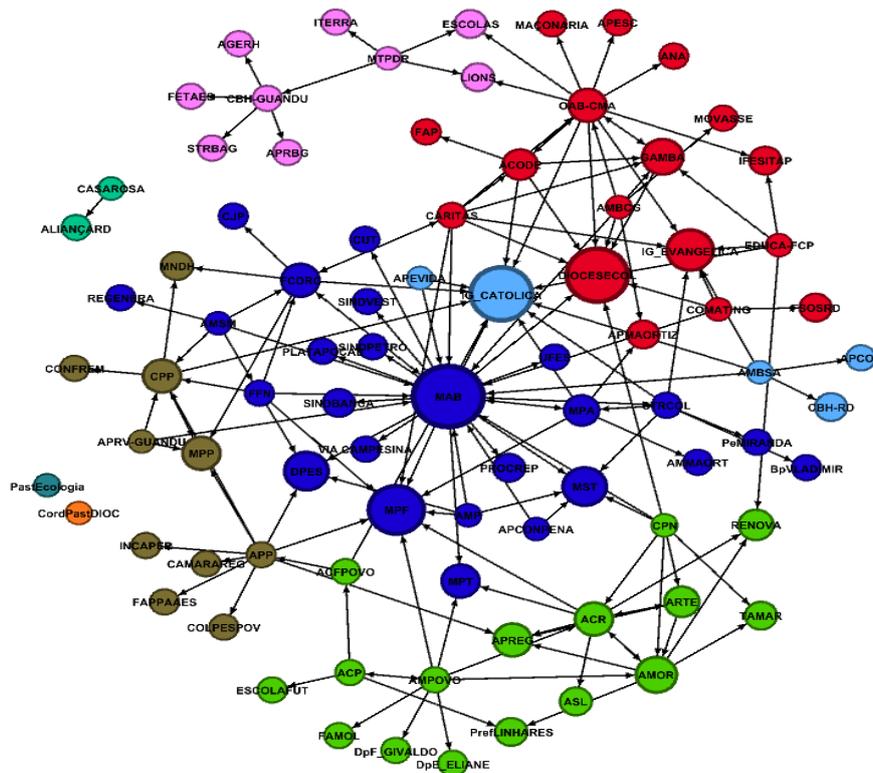
Apontamentos semelhantes quanto ao MAB-ES como intermediador já haviam sido postos na literatura. No entanto, este artigo demonstra não somente a intermediação, mas o papel do MAB como mobilizador na estrutura da rede. Isso significa que se essa intermediação fosse hipoteticamente interrompida, uma gama de entidades se tornaria inacessível entre si por conexões diretas. Segundo um dos entrevistados da coordenação estadual do movimento, o MAB difundiu-se para o ES, porque “Tinha que criar um nível de organização que envolva toda a bacia, se não,

a luta já estava perdida” (Ativista 1, entrevista de 10/10/2020). Isso nos diz tanto sobre o MAB-ES, quanto sobre o confronto político em si.

Clusters

Outra forma de demonstrar os segmentos ou grupos da rede social são os *clusters*, medida usada para apresentar as comunidades conectadas entre si. No sociograma da Figura 3, vemos as comunidades por diferença de cores e o tamanho dos nós continua sendo por grau de entrada.

Figura 3. Rede inteira de comunidades de OSC/MS (clusters e grau de entrada)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Survey (2018).

A Figura 3 apresenta nove comunidades, sendo uma delas com apenas uma conexão, além de duas como nós isolados. No conjunto, sete comunidades apresentam maior proporção de conexões. A maioria da rede está na comunidade azul-escuro com 29,07%, constituída pelo MAB-ES (que concentra maior número de vínculos) e uma diversidade de segmentos sociais, como movimentos sociais, fóruns, sindicatos, órgãos públicos e jurídicos, associação de moradores

e pescadores, e outros tipos de atores. Em seguida, as mais notáveis são a vermelha, com 19,77%, tendo como atores preponderantes a Diocese de Colatina, Igreja evangélica e outros segmentos de associações voltadas para o território de Colatina. A verde, com 18,6%, possui atores preponderantes, como a Associação de Moradores de Regência (AMOR), Associação Comercial de Regência (ACR), Associação de Moradores e Amigos de Povoação (AMPOVO), Associação Cultural e Folclórica de Povoação (ACFPOVO), entre outros segmentos do território de Regência e Povoação, município de Linhares. A cor marrom-escuro, com 11,63%, tem prevalência de atores voltados à pesca, de diferentes categorias, como o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Associação de Pescadores de Povoação (APP), entre outros. Por fim, a rosa, com 10,47%, e azul-claro, com 5,81%, apresentam poucos nós conectados por nós segmentados e isolados na rede, com exceção da Igreja católica (IG_CATOLICA) no cluster azul-claro, que recebe muitas relações de outras comunidades, mas se estabelece em uma comunidade separada de poucos nós.

A medida de clusters endossa o papel do MAB-ES dentro da estrutura da rede de atores organizados em torno do desastre no Rio Doce, enquanto o movimento está vinculado ao grupo majoritário da rede, ampliando suas conexões e possibilidades de intermediação. Contudo, a medida de cluster não necessariamente demonstra um padrão de semelhança entre os atores da comunidade, como afinidade por territorialidade ou identidade. Por outro lado, os clusters ajudam a compreender a tendência de atuação em rede do MAB-ES, caracterizada por uma comunidade diversificada em termos de segmentos sociais conectados.

Dessa forma, o MAB-ES possui maior capacidade de compartilhamento de informações por diferentes grupos conectados indiretamente. Concordamos com Hadden (2015) que a troca de informações sobre processos políticos e as escolhas táticas estruturam como os movimentos sociais e organizações percebem oportunidades e restrições políticas e opções de ações coletivas. Nesse sentido, permite-se ao protagonista uma percepção interpretativa complexa, contando com sua rede de relações para alcançar seus objetivos. Isso justifica sua busca contínua por novas relações e apoios no confronto político.

Rede Ego do MAB-ES (2018 e 2020)

A estrutura da rede completa em 2018 nos forneceu a perspectiva inicial da importância de se analisar o MAB-ES a fundo em sua rede individual (*ego network*), apontando para uma análise qualitativa focada nas intersecções em uma comunidade específica (CROSSLEY, 2016). Na rede

ego, rede elaborada a partir das relações de um nó, os vínculos foram identificados por meio de quatro ativistas do MAB-ES, tanto na coleta de 2018, quanto em 2020.

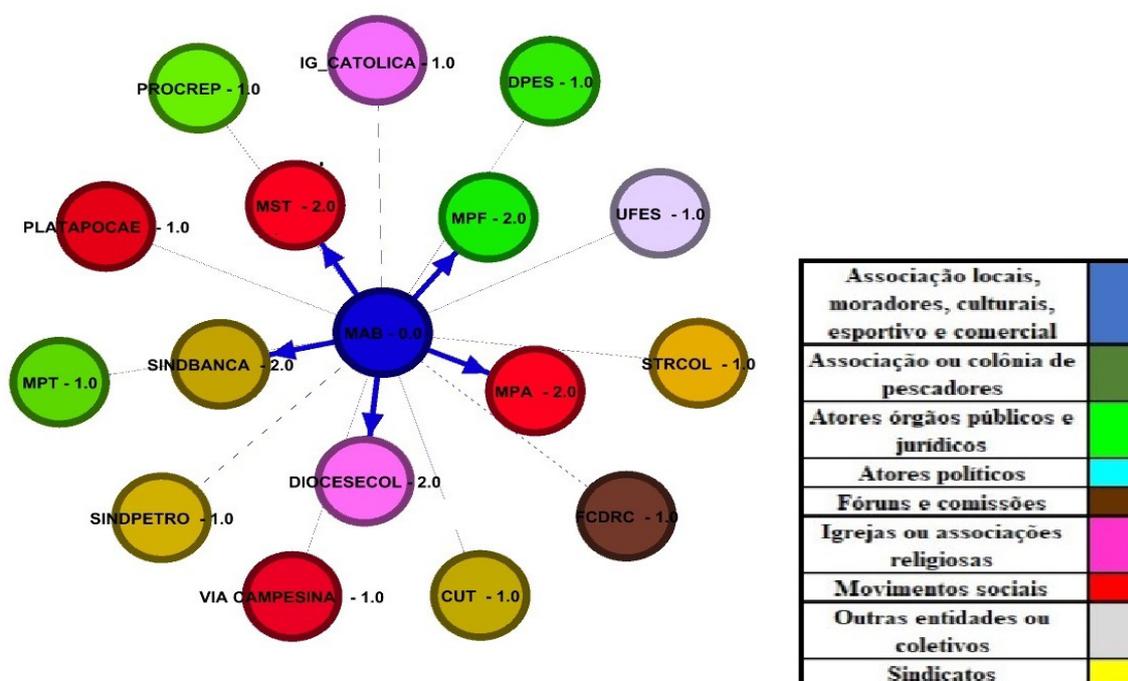
As redes ego são mais comuns nos estudos de ARS (MARIN; WELLMAN, 2011; PASSY, 2003), as medidas se centram principalmente nas conexões e é possível analisar sua composição, tamanho e estrutura (DEJORDY; HALGIN, 2003). O Anexo 2 apresenta as siglas dos 27 atores que compõem a rede, classificados em categorias e tipologias.

Conforme veremos, as redes ego apresentam o tipo de estrutura e a conexão denominada de roda ou estrela, representando um indivíduo centralizado e vínculos homogêneos com outros indivíduos, resultando em uma segmentação nula (DIANI, 2003). No entanto, os vínculos com mais menções pelo MAB-ES se estruturam mais próximos de seu nó, contendo de um a três como podemos ver numerado no rótulo de cada nó (ver Figura 4).

Dividimos os nós em cores para representar as categorias nativas dos atores organizados, conforme Anexo 1, a exemplo da figura 1.

Rede ego MAB-ES (2018)

Figura 4. Rede ego do MAB-ES em 2018



Fonte: Elaboração própria a partir do Survey (2018).

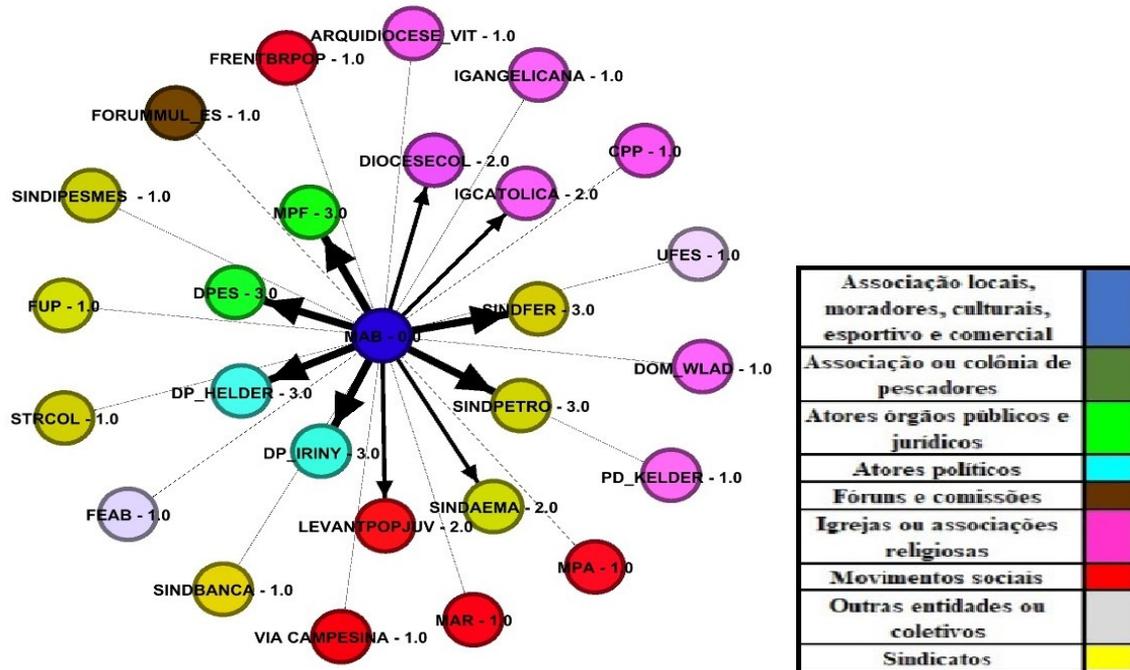
Conforme a Figura 4, na rede ego do MAB-ES em 2018, dentre 16 nós conectados, 5 estão mais próximos ao MAB-ES. Consideramos que esses mais próximos e de posições centrais – como MST, MPF, MPA, Diocese de Colatina e Sindicato dos bancários – foram atores determinantes na difusão do MAB a partir da sua chegada e fixação no Espírito Santo, segundo os relatos dos entrevistados da coordenação estadual do movimento: “De saída teve muita dificuldade e desconfiança, principalmente das entidades presentes nos territórios. Das mais gerais, as ligadas à Igreja Católica, o sindicalismo, mais urbano e progressista, acolheram bem e foram essenciais para o MAB ficar.” (Ativista 3, entrevista em 09/12/2020). No entanto, há diferentes tipos de apoios às ações coletivas, por exemplo o MPF forneceu apoio aos repertórios institucionais (instituições participativas, como audiência pública e ação judicial), segundo os entrevistados, abrindo os acessos institucionais para várias comunidades e associações locais. Assim como o fizeram a Defensoria Pública (DPES), a Procuradoria da República no Município de Colatina (PROCREP) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) (verde). Outro destaque é o repertório de tática multiescalar (CARLOS, 2020), como as denúncias a organizações internacionais por meio da Via Campesina. Seus aliados, como MST e MPA (vermelho), Diocese de Colatina (rosa) e Sindicato dos Bancários (amarelo), atuaram juntos em diversos repertórios: manifestação de rua, ocupações, fechamento de vias e manifestações online. Sobretudo as organizações de base popular forneceram ao MAB Nacional a capilaridade territorial necessária para sua instalação e difusão no ES, desde a iminência da chegada da lama em Colatina, em 2015.

Nessa primeira rede ego do MAB-ES em 2018, observamos a proximidade de atores que representam a configuração das relações do MAB-ES desde o começo de sua atuação no Espírito Santo. Importa ressaltar que essas relações em proximidade não têm peso hierárquico, porém se atrelam às escolhas estratégicas do MAB-ES para ações coletivas.

Rede ego MAB-ES (2020)

Por seu turno, a rede ego do MAB-ES em 2020 apresenta sua expansão e a maior diversidade de atores, constando 27 nós conectados, com 10 nós mais próximos, com 2 ou 3 graus de entrada; sendo 6 nós de 3 graus, mais próximos, e 4 nós de 2 graus (ver Figura 5). O restante dos nós está à margem da rede com 1 grau. As cores seguem a categorização nativa de segmentos sociais já abordados anteriormente.

Figura 5. Rede ego do MAB-ES em 2020



Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas (2020).

Comparativamente à rede ego de 2018, é destacável a medida de proximidade dessa rede, pois apresenta uma maior intensidade, ou seja, maiores menções a atores que apoiam o movimento, assim como a entrada de novos atores, seja na rede na totalidade, seja na proximidade ao ego. Destacamos assim os atores que já estavam em 2018 e se aproximaram mais do movimento na rede em 2020, como: Defensoria Pública (DPES), Igreja Católica (IG_CATOLICA) e Sindicato dos Petroleiros (SINDPETRO). Já os que se distanciaram do ego ao longo do tempo, em comparação aos demais, foram: o MPA e o Sindicato dos bancários (SINDBANCA).

Em relação à expansão da rede ego em 2020, podemos observar tanto novas relações, estruturando quantitativamente os nós da rede, quanto observar novos segmentos sociais. Pontuamos as relações com o Deputado Helder Salomão (DP_HELDER – Deputado Federal – PT-ES) e com a Deputada Iriny Lopes (DP_IRINY – Deputada Estadual, PT-ES), que expressam a expansão da rede com novas interações (atores que não estavam na rede e entraram em 2020) e a diversidade dos segmentos sociais dos atores. Os parlamentares assumiram seus cargos públicos em 2019 e, em outubro do mesmo ano, realizaram uma Diligência da Câmara Federal, em parceria com o MAB-ES, percorrendo municípios atingidos no ES e MG. A diligência assumiu um papel

semelhante ao de uma audiência pública, enquadrando-se como um repertório institucional devido à sua relação com atores políticos e de órgãos da esfera jurídica, como MPF e DPES¹⁰.

Ainda sobre a expansão e novos atores, destacamos o Sindicato dos Pescadores e Marisqueiros do Espírito Santo (SINDIPESMES), que expressa uma nova inter-relação do MAB-ES, com efeitos na conquista do direito à autodeterminação de camaroeiros como atingidos e do reconhecimento de novos territórios com a expansão da área afetada para o litoral ao sul da foz do Rio Doce. A conexão com o SINDIPESMES também abriu novas oportunidades para o MAB-ES estabelecer relações com outras entidades da pesca, como associações e colônias de pescadores.

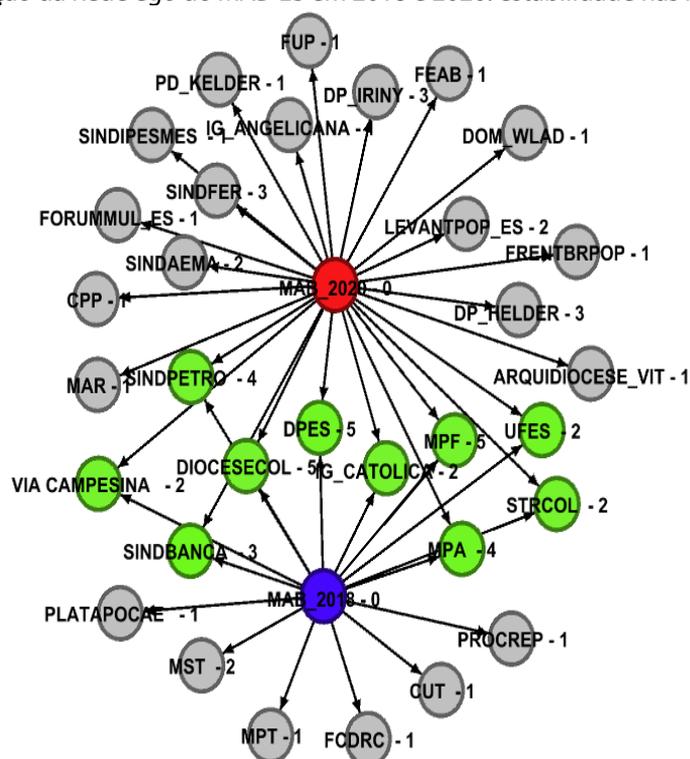
No período pandêmico, novas ações coletivas de caráter solidário foram protagonizadas pelo MAB-ES. O SINDIPESMES, MPA, o Levante Popular pela Juventude (LEVANTPOPJUV), Frente Brasil Popular (FRENTBRPOP), Sindicato dos Ferroviários do Espírito Santo e Minas Gerais (SINDFER) e o Fórum de Mulheres do Espírito Santo (FORUMMUL_ES) se tornaram importantes aliados nessas ações de solidariedade e apoio às vítimas da covid-19.

Nesse propósito, o MAB Nacional promoveu a campanha “A Solidariedade Constrói Direitos e Salva Vidas!”¹¹. Tendo em vista esse contexto, o isolamento da covid-19 exigiu novas formas de mobilizar as comunidades atingidas por meio das mídias digitais, logo, a produção de vídeos e divulgação virtual foi crescente para garantir a continuidade das denúncias e atuação do movimento. Segundo os entrevistados, destacou-se o apoio do LEVANTPOPJUV para esse tipo de atividade. As ações de solidariedade mobilizadas no enfrentamento da crise sanitária e a construção de redes de solidariedade, podem promover uma conexão dos enquadramentos e fortalecer as pautas políticas dos atores (ABERS; VON BÜLOW, 2021).

Outro destaque é a expansão da rede para organizações internacionais, agora além da Via Campesina, há menção ao MAR (*Movimiento de Afectados por Represas en Latinoamérica*), movimento criado a partir de mobilizadores semelhantes ao MAB Nacional em 12 países da América Latina. Fortalecendo o apoio ao repertório de tática multiescalar, por meio de denúncias a organismos internacionais. No geral, há expansão da rede ego para novos atores em diversos segmentos sociais, com ênfase às organizações religiosas e sindicatos.

Para além da expansão, diversidade e proximidade das relações de atores na rede de 2020 do MAB-ES, podemos observar, na Figura 6, a estabilidade dessas relações em comparação às relações que se mantiveram de 2018 para 2020.

Figura 6. Comparação da Rede ego do MAB-ES em 2018 e 2020: estabilidade nas relações



Fonte: Elaboração própria a partir do Survey (2018) e entrevistas (2020).

Essa rede ego situa as relações do MAB-ES em 2018, em azul, e 2020, em vermelho. Nela, interessa-nos um destaque descritivo das conexões e não de medidas, sendo assim, colorimos em verde apenas os nós que tiveram citações nos dois nós do MAB-ES, ou seja, tiveram relações em 2018 e 2020. Assim, podemos observar de forma mais clara na parte superior da figura os novos atores de 2020; e na parte inferior, atores que constam em 2018, mas não permanecem em 2020, sendo: Central Única Dos Trabalhadores (CUT), Fórum Capixaba De Defesa Do Rio Doce (FCDR), Procuradoria da República no Município de Colatina (PROCREP), Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia (PLATAPOCAE), Ministério Público do Trabalho (MPT) e Movimento dos Sem Terra (MST). Consideramos que a descontinuidade desses atores pode ter diversas explicações, não necessariamente expressam uma relação de ruptura. No entanto, destacamos o Fórum Capixaba (FCDR) que se desfez após seu papel no primeiro momento de atuação nos anos iniciais do desastre.

Os atores que permanecem de 2018 para 2020 são: Defensoria Pública (DPES), Ministério Público Federal (MPF), Igreja Católica (IG_CATOLICA), Diocese de Colatina (DIOCESECOL), Sindicato dos Bancários (SINDBANCA), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina (STRCOL), Sindicato dos Petroleiros (SINDPETRO), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e UFES. Estudo aponta que a formação de coalizões entre aliados no campo dos atingidos, com base em relações de cooperação, passou por um processo de consolidação e estabilização ao

longo do tempo, especialmente entre atores da sociedade civil e atores institucionais do sistema de justiça como ministérios públicos e defensorias públicas, além de alianças com organizações civis e entidades religiosas (CARLOS; SANTOS, 2024).

Consideramos que as relações contínuas representam uma contextualidade importante, principalmente na estabilidade das relações de apoio no processo político e de formação da identidade coletiva do MAB-ES. Porém, também atentamos para as mudanças em contextos recorrentes, por exemplo a eleição de novas diretorias de sindicatos ou as mudanças de lideranças de igrejas. No mais, fica destacável na atuação do MAB-ES que a estrutura de relações estáveis na sua rede social, capacita e legitima sua atuação em prol dos atingidos como articulador e mobilizador, fortalecendo sua difusão territorial.

Conforme vimos, nessa dinâmica de redes sociais do MAB-ES, opera principalmente dois mecanismos: a intermediação e a difusão. O movimento continua buscando expandir suas relações de apoio dentro do confronto político, configurando mobilização e organização em dimensões de expansão territorial, segmentos sociais e ações coletivas que lhe proporcione oportunidades políticas. Expressa-se assim o papel das relações em redes sociais no confronto político, frente às relações assimétricas de poder com as empresas e autoridades.

Conclusões

Neste artigo, examinamos a estrutura de redes de relações do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no desastre no Rio Doce, no Espírito Santo, provocado pelas mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton, em 05 de novembro de 2015, em Mariana-MG. Buscamos argumentar que a dinâmica de redes de relações do MAB-ES foi configurada por um processo de expansão, mudanças e estabilização ao longo do tempo, engendrada por mecanismos que incidem sobre a mobilização e a intermediação na ação coletiva contestatória.

Defendemos que a abordagem de redes sociais contribui para a análise do confronto político, permitindo identificar os processos e mecanismos relacionais que operam na mobilização. Por meio da análise de redes sociais – medidas de centralidade, intermediação e cluster – identificamos os papéis de intermediação e de mobilização do MAB-ES no confronto político do desastre, cujo processo opera os mecanismos de *brokerage* e de difusão. Pelo mecanismo de *brokerage* o MAB-ES conectou diferentes partes segmentadas da rede inteira no contexto de mobilização de OSC/MS no desastre. Assumindo preponderância e centralidade na estrutura de relações, o MAB-ES se destacou como intermediador e *broker*, favorecendo sua influência nas escolhas estratégicas de repertórios de ação coletiva e nas percepções de oportunidades e restrições políticas.

Dado o papel crucial de intermediação do MAB-ES, observamos o mecanismo de difusão operando na expansão, proximidade e estabilidade das relações entre OSC/MS e instituições. Verificamos as mudanças na rede individual do MAB-ES ao longo do tempo (2018 a 2020), com ênfase na entrada de novos atores em cena e novos segmentos sociais na intensificação e na estabilização das relações. O mecanismo de difusão operou nesse processo de mudanças na estrutura da rede no decorrer do tempo, por um lado, conferindo capilaridade ao movimento nos territórios e, por outro, conquistando demandas em prol dos atingidos, minimizando, com isso, os efeitos da assimetria de poder nas relações entre atingidos e empresas.

O artigo oferece contribuições à compreensão das configurações da ação coletiva por meio do estudo das suas relações e articulações em redes sociais, ressaltando o potencial da abordagem para descrever um confronto político. A partir das dinâmicas de relações extrainstitucionais e institucionais das OSC/MS, em contrapartida aos poderes públicos e empresas privadas, foi possível compreender a realidade emergente e seus impactos na configuração do conflito no desastre no Rio Doce. Por fim, espera-se contribuir para o debate metodológico nos estudos de movimentos sociais, potencializando o uso da análise de redes sociais.

Notas

¹ O MAB-ES promoveu o maior número de protestos, sendo predominante os repertórios extrainstitucionais, como marchas e ocupações, mas também repertórios institucionais como *lobby* e mesa de negociação.

² O MAB Nacional é um movimento social com trajetória histórica de atuação no país, desde a década de 1980, tendo sido formalmente criado em 1991. Em Minas Gerais, o MAB era existente antes do colapso da barragem de Fundão.

³ A noção de atingido postulada consiste no autorreconhecimento como atingido e detentor de direitos a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação (VAINER, 2008).

⁴ *Survey* aplicado pelo Núcleo Participação e Democracia (NUPAD) da UFES, entre maio e setembro de 2018, com coordenação de Euzeneia Carlos. Agradecemos a Maira Rodrigues e Adrian Gurza Lavalle pela colaboração na elaboração do questionário semiestruturado.

⁵ As entrevistas em profundidade foram aplicadas por Alexander Fonseca de Araujo, na modalidade, remota por vídeoconferência, em virtude da pandemia da covid-19.

⁶ As medidas de análise das estruturas de rede são definidas na seção 3, junto à exposição dos dados empíricos.

⁷ O Anexo 1 apresenta as 86 organizações, entidades e instituições da rede (*whole network*), nomeadas e classificadas em tipologias de sociedade civil e Estado. Vide ao final do artigo.

⁸ Baseadas no algoritmo 'ForceAtlas 2', com construções matemáticas apoiadas sobre a lei da gravidade. Ver mais em: <https://github.com/gephi/gephi/wiki/Force-Atlas-2>. Na *whole network* específica desse tópico usamos gravidade 0.3 com dimensionamento 500.0.

⁹ MAB, AMOR, GAMBA, OAB-CMA, ACR, FCDRC, CPP, ACODE, MPA, ARTE, APP, AMPOVO, CARITAS, STRCOL, FFN, ACP, CBH-GUANDU, ACFPOVO (a sigla por extenso consta no Anexo 1).

¹⁰ Essa diligência deu origem ao Relatório da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, à época presidida pelo Deputado Helder Salomão.

¹¹ MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. "MAB Retorna às Comunidades no Espírito Santo com Campanha de Solidariedade". MAB, São Paulo, 2020.

Referências

- ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. Solidarity during the Pandemic in Brazil: Creative Recombinations in Social Movement Frames and Repertoires. *In*: FERNANDEZ, Michelle; MACHADO, Carlos. **Covid-19's Political Challenges in Latin America**. New York: Springer, 2021, pp. 87-101.
- ACSELRAD, Henri. Prefácio – Mediação e negociação de conflitos ambientais. *In*: VIÉGAS, Rodrigo Nuñez; PINTO, Raquel Giffoni; GARZON, Luis Fernando Novoa (orgs.). **Negociação e acordo ambiental**: o termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento dos conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014. pp. 5-15.
- ARAUJO, Alexander Fonseca. **Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) no Espírito Santo**: Identidade Coletiva e Redes Sociais no Contexto do Desastre no Rio Doce. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.
- BOWKER, Lindsay Newland; CHAMBERS, David M. The risk, public liability, & economics of tailings storage facility failures. **Earthwork Act**, [s. l.], v. 24, pp. 1-56, 2015.
- CARLOS, Euzeneia. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, pp. 153-166, 2011.
- CARLOS, Euzeneia. Mobilizando a sociedade civil: inovação organizacional e repertórios de confronto no desastre do Rio Doce. **Psicologia Política**, Florianópolis, v. 19, n. 46, 2019.
- CARLOS, Euzeneia. Civil society and social mobilizations in the context of the Rio Doce Socioenvironmental Disaster. **Integrated Environmental Assessment and Management**, [s. l.], v. 16, n. 5, pp. 681-690, 2020.
- CARLOS, Euzeneia. “Protestos, inovação e consequências políticas no desastre do Rio Doce”. *In*: GURZA LAVALLE, Adrian.; CARLOS, Euzeneia (orgs.). **Desastre e desgovernança no Rio Doce**: Atingidos, instituições e ação coletiva. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.
- CARLOS, Euzeneia; SANTOS, Larissa Galdino de Magalhães. Coalitions and repertoires in the strategic action field of the people affected by the Rio Doce disaster. **International Journal of Mass Emergencies & Disasters**, [s. l.], v. 42, n. 1, pp. 62-80, 2024.
- CROSSLEY, Nick. Social Network Analysis. *In*: INGLIS, David; ALMILA, Anna-Mari. (Eds.). **The SAGE Handbook Of Cultural Sociology**. Thousand Oaks: SAGE, 2016. pp. 109-127.
- DEJORDY, Rich.; HALGIN, Dan. “An introduction to network analysis”. **Electronics World**. [s. l.], v. 109, n. 1812, pp. 24-28, 2003.
- DIANI, Mario. Networks and Social Movements: a Research Program. *In*: DIANI, Mario; MCADAM, Doug (eds.). **Social Movements and Networks**. Relational Approaches to Collective Action. Oxford: Oxford University, 2003.
- DIANI, Mario; MCADAM, Doug (eds.). **Social Movements and Networks**. Relational Approaches to Collective Action. Oxford: Oxford University, 2003.
- DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília**, Brasília, DF, n. 3, pp. 220-249, 2010.

- EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a Relational Sociology. *American Journal of Sociology*, [s. l.], v. 103, n. 2, pp. 281-317, 1997.
- GURZA LAVALLE, Adrian.; CARLOS, Euzeneia (orgs.). **Desastre e desgovernança no Rio Doce: Atingidos, instituições e ação coletiva**. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.
- GURZA LAVALLE, Adrian *et al.* Protagonistas na sociedade civil: redes e centralidades de organizações civis em São Paulo. **Dados**, [s. l.], v. 50, n. 3, pp. 465-498, 2007.
- GURZA LAVALLE, Adrian; VON BÜLOW, Marisa. “Sociedade civil e institucionalização da intermediação: brokers diferentes, dilemas semelhantes”. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 28, pp. 125-165, 2014.
- HADDEN, Jennifer. **Networks in contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- HANNEMAN, Robert A.; RIDDLE, Mark. **Introduction to Social Network Methods**. Riverside: University of California, 2005.
- LOSEKANN, Cristiana. “A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 20, pp. 121-164, 2016.
- LOSEKANN, Cristiana. “Não foi acidente!” o lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. *In: Zhouri (org.). Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção do conhecimento no Brasil*. Marabá: Editorial iGuana, 2018, pp. 65-108
- LOSEKANN, Cristiana; MILANEZ, Bruno. A emenda e o soneto: Notas sobre os sentidos da participação no TAC de Governança. **Versos: Textos para discussão**. PoEMAS, [s. l.], v. 2, n. 1, 2018.
- MARIN, Alexandra.; WELLMAN, Barry. Social network analysis: An introduction. *In: MCLEVEY, John; SCOTT, John; CARRINGTON, Peter J. (eds.). The Sage Handbook of Social Network Analysis*. Thousand Oaks: SAGE, 2011, pp. 11-25.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Dynamics of contention. **Social Movement Studies**, [s. l.], v. 2, n. 1, pp. 99-102, 2003.
- MELUCCI, Alberto. **Challenging Codes**. Cambridge: Cambridge University, 1996.
- MISCHE, Ann. Cross-Talk in Movements: Reconceiving the Culture-Network Link. *In: DIANI, Mario; MCADAM, Doug (eds.). Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action*. Oxford: Oxford University, 2003.
- OLIVEIRA, Gerson. **A mudança de escala na mobilização dos atingidos por barragens**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- PASSY, Florence. Social networks matter: But how. *In: MCADAM, Doug; DIANI, Mario (eds.). Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action*. Oxford: Oxford University Press, 2003. pp. 21-48.
- SCHERER-WARREN, Ilse. REIS, Maria José. Do local ao global: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens (1) e sua articulação em redes. *In: FROTHMAN, Franklin; RIBEIRO, Ricardo; ZHOURI, Andrea (orgs.). Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens*. Viçosa: Editora da UFV, 2007, pp.64-82.

- SOUZA, Luciana Andressa Martins; CARLOS, Euzeneia. Políticas públicas e mobilização social no contexto do desastre no Rio Doce. *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, [s. l.], v. 24, n. 2, pp. 56-81, 2019.
- TARROW, Sidney. **Strangers at the gate: movements and state in contentious politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious Politics**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. *In: ROTHMAN, Franklin Daniel. Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens*. Viçosa: Editora UFV, 2008, pp. 39-63.
- VALENCIO, Norma. Elementos constitutivos de um desastre catastrófico: os problemas científicos por detrás dos contextos críticos. *Ciência e Cultura*, [s. l.], v. 68, n. 3, pp. 41-45, 2016.
- VON BÜLOW, M. **A batalha do livre comércio: a construção de redes transnacionais da sociedade civil nas Américas**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- WASSERMAN, Stanley.; FAUST, Katherine. **Social network analysis: Methods and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

ALEXSANDER FONSECA DE ARAUJO (alexanderfa@gmail.com) é pesquisador do Núcleo Participação e Democracia (NUPAD) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Brasil). É mestre e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Brasil).

 <https://orcid.org/0000-0002-0573-4703>.

EUZENEIA CARLOS (euzeneiacarlos@gmail.com) é professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Brasil), coordenadora do NUPAD e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e do INCT Participa (Brasil). É doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP, Brasil)

 <https://orcid.org/0000-0003-0553-2746>.

Colaboradores

AFA coletou os dados empíricos e análise das informações, redação do manuscrito e revisão final. EC trabalhou na concepção da pesquisa, interpretação dos dados empíricos, redação do artigo e revisão crítica

Recebido em: 07/03/2024

Aprovado em: 05/11/2024

Editor responsável: Michel Misse

Anexos

Anexo 1. Categorias, tipologias e segmentos na rede de relações (2018)

Nº	Sigla	Nome	Categoria nativa	Tipologia*	Segmento
1	ACODE	Associação Colatinense de Defesa Ecológica	ONGs	ONGs	Sociedade Civil
2	GAMBA	Grupo Ambientalista Bio-Atlântica	ONGs	ONGs	Sociedade Civil
3	CASAROSA	Instituto Unidos pela Vida	ONGs	ONGs	Sociedade Civil
4	ITERRA	Instituto Terra	ONGs	ONGs	Sociedade Civil
5	REGENERA	Cursos sobre a Aroeira	ONGs	ONGs	Sociedade Civil
6	MAB	Movimento de Atingidos por Barragens	Movimentos sociais	Organizações Populares	Sociedade Civil
7	MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos	Movimentos sociais	Organizações Populares	Sociedade Civil
8	MOVASSE	Movimento de Moradia de Colatina	Movimentos sociais	Organizações Populares	Sociedade Civil
9	MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores	Movimentos sociais	Organizações Populares	Sociedade Civil
10	MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais	Movimentos sociais	Organizações Populares	Sociedade Civil
11	MST	Movimento dos Sem Terra	Movimentos sociais	Organizações Populares	Sociedade Civil
12	MTPDR	Movimento Todos pelo Rio Doce	Movimentos sociais	Organizações Populares	Sociedade Civil
13	PLATAPOCAE	Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia	Movimentos sociais	Organizações Populares	Sociedade Civil
14	VIA CAMPESINA	Via Campesina	Movimentos sociais	Organizações Populares	Sociedade Civil
15	CPN	Coletivo Pimenta Nativa	Coletivos	Organizações Populares	Sociedade Civil
16	AMBCG	Associação de Moradores Bairro Carlos Germano Naumann	Associações de moradores	Associações de Bairro	Sociedade Civil
17	AMBSA	Associação de Moradores de Santo Antônio	Associações de moradores	Associações de Bairro	Sociedade Civil
18	AMMAORT	Associação de Moradores de Maria Ortiz	Associações de moradores	Associações de Bairro	Sociedade Civil
19	AMOR	Associação de Moradores de Regência	Associações de moradores	Associações de Bairro	Sociedade Civil

Anexo 1. Continuação

Nº	Sigla	Nome	Categoria nativa	Tipologia*	Segmento
20	AMP	Associação de Moradores de Povoação	Associações de moradores	Associações de Bairro	Sociedade Civil
21	AMPOVO	Associação de Moradores e Amigos de Povoação	Associações de moradores	Associações de Bairro	Sociedade Civil
22	AMSM	Associação de Moradores de São Miguel	Associações de moradores	Associações de Bairro	Sociedade Civil
23	ACFPOVO	Associação Cultural e Folclórica de Povoação	Associações culturais	Associações Comunitárias-cultural	Sociedade Civil
24	ACP	Associação de Comércio de Povoação	Associações comerciais	Associações Comunitárias-economia local	Sociedade Civil
25	ACR	Associação Comercial de Regência	Associações comerciais	Associações Comunitárias-economia local	Sociedade Civil
26	ARTE	Associação de Artesãos e Assemelhados de Regência e Região	Associações de artesãos	Associações Comunitárias-economia local	Sociedade Civil
27	ASL	Associação de Surf de Linhares	Associações esportivas	Associações Comunitárias-esportiva	Sociedade Civil
28	APCOL	Associação de Pescadores de Colatina	Associações de pescadores	Associações Comunitárias-economia local	Sociedade Civil
29	APCONPENA	Associação de Pescadores de Conselheiro Pena	Associações de pescadores	Associações Comunitárias-economia local	Sociedade Civil
30	APESC	Associação de Pesca Esportiva de Colatina	Associações de pescadores	Associações Comunitárias-economia local	Sociedade Civil
31	APEVIDA	Associação de Pescadores Profissionais Nova Vida	Associações de pescadores	Associações Comunitárias-economia local	Sociedade Civil
32	APMAORTIZ	Associação de Pescadores de Maria Ortiz	Associações de pescadores	Associações Comunitárias-economia local	Sociedade Civil
33	APP	Associação de Pescadores de Povoação	Associações de pescadores	Associações Comunitárias-economia local	Sociedade Civil
34	APREG	Associação de Pescadores de Regência	Associações de pescadores	Associações Comunitárias-economia local	Sociedade Civil
35	APRV-GUANDU	Associação de Pescadores Renovo do Vale	Associações de pescadores	Associações Comunitárias-economia local	Sociedade Civil

Anexo 1. Continuação

Nº	Sigla	Nome	Categoria nativa	Tipologia*	Segmento
36	COLPESPOV	Colônia de Pescadores de Povoação	Associações de pescadores	Associações Comunitárias-economia local	Sociedade Civil
37	ESCOLAFUT	Escolinha de Futebol Regência	Associações esportivas	Associações Comunitárias-esportiva	Sociedade Civil
38	LIONS	Lions Clubes Colatina	Entidades Assistenciais	Entidades Assistenciais-Socioeconômica	Sociedade Civil
39	MAÇONARIA	Organização Maçom	Entidades Assistenciais	Entidades Assistenciais-Socioeconômica	Sociedade Civil
40	OAB-CMA	Ordem dos Advogados do Brasil - Comissão de Meio Ambiente Seção Colatina	Entidades Assistenciais	Entidades Assistenciais-Socioeconômica	Sociedade Civil
41	CARITAS	Cáritas Diocesana de Colatina	Entidades Religiosas	Entidades Assistenciais-Religiosas	Sociedade Civil
42	CJP	Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória	Entidades Religiosas	Entidades Assistenciais-Religiosas	Sociedade Civil
43	CordPastDIOC	Coordenação das Pastorais da Diocese de Colatina	Entidades Religiosas	Entidades Assistenciais-Religiosas	Sociedade Civil
44	CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores	Entidades Religiosas	Entidades Assistenciais-Religiosas	Sociedade Civil
45	PastEcologia	Pastoral da Ecologia - Igreja Católica de Colatina	Entidades Religiosas	Entidades Assistenciais-Religiosas	Sociedade Civil
46	BpVLADIMIR	Dom Joaquim Wladimir Lopes Dias da Diocese de Colatina	Entidades Religiosas	Entidades Assistenciais-Religiosas	Sociedade Civil
47	DIOCESECOL	Diocese de Colatina	Entidades Religiosas	Entidades Assistenciais-Religiosas	Sociedade Civil
48	IG_CATOLICA	Igreja Católica	Entidades Religiosas	Entidades Assistenciais-Religiosas	Sociedade Civil
49	IG_EVANGELICA	Igreja Evangélica	Entidades Religiosas	Entidades Assistenciais-Religiosas	Sociedade Civil
50	PeMIRANDA	Padre Joseumar Miranda da Silva - Diocese de Colatina	Entidades Religiosas	Entidades Assistenciais-Religiosas	Sociedade Civil

Anexo 1. Continuação

Nº	Sigla	Nome	Categoria nativa	Tipologia*	Segmento
51	FAMOL	Federação das Associações de Moradores de Linhares	Federações	Articuladoras	Sociedade Civil
52	FAPPAES	Federação das Associações dos Pescadores Profissionais Artesanais do Espírito Santo	Federações	Articuladoras	Sociedade Civil
53	FETAES	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no estado do Espírito Santo	Federações	Articuladoras	Sociedade Civil
54	CONFREM	Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros	Comissões	Articuladoras	Sociedade Civil
55	COMATING	Comissão dos Atingidos do MAB	Comissões	Articuladoras	Sociedade Civil
56	FAP	Fórum Ambiental Permanente	Fóruns	Articuladoras-Multissetoriais	Sociedade Civil
57	FCDRC	Fórum Capixaba de Defesa do Rio Doce	Fóruns	Articuladoras-Multissetoriais	Sociedade Civil
58	FFN	Fórum Foz Norte	Fóruns	Articuladoras-Multissetoriais	Sociedade Civil
59	FSOSRD	Fórum SOS Rio Doce Colatina	Fóruns	Articuladoras-Multissetoriais	Sociedade Civil
60	ALIANÇARD	Aliança Rio Doce	Fóruns	Articuladoras-multissetoriais	Sociedade Civil
61	APRBG	Associação dos Produtores Rurais de Baixo Guandu	Associações patronais	Associações patronais	Sociedade Civil
62	CUT	Central Única dos Trabalhadores	Sindicatos	Associações de Trabalhadores	Sociedade Civil
63	SINDBANCA	Sindicato dos Bancários	Sindicatos	Associações de Trabalhadores	Sociedade Civil
64	SINDPETRO	Sindicato dos Petroleiros	Sindicatos	Associações de Trabalhadores	Sociedade Civil
65	SINDVEST	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário de Colatina e Região	Sindicatos	Associações de Trabalhadores	Sociedade Civil
66	STRBAG	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baixo Guandu	Sindicatos	Associações de Trabalhadores	Sociedade Civil

Anexo 1. Continuação

Nº	Sigla	Nome	Categoria nativa	Tipologia*	Segmento
67	STRCOL	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina	Sindicatos	Associações de Trabalhadores	Sociedade Civil
68	AGERH	Agência Estadual de Recursos Hídricos	Órgãos públicos	Instituição -Executivo	Estado
69	ANA	Agência Nacional das Águas	Órgãos públicos	Instituição -Executivo	Estado
70	CBH-GUANDU	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu	Instituições participativas	Instituição -Executivo	Estado
71	CBH-RD	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce	Instituições participativas	Instituição -Executivo	Estado
72	INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural	Órgãos públicos	Instituição -Executivo	Estado
73	PrefLINHARES	Prefeitura Municipal de Linhares	Órgãos públicos	Instituição -Executivo	Estado
74	EDUCA-FCP	Educação Básica Formação Continuada de Professores	Órgãos públicos	Instituição -Executivo	Estado
75	ESCOLAS	Escolas	Órgãos públicos	Instituição -Executivo	Estado
76	IFESITAP	IFES Itapina	Universidade	Instituição -Executivo	Estado
77	TAMAR	Projeto Tamar	Órgãos públicos	Instituição -Executivo	Estado
78	UFES	Universidade Federal do Espírito Santo	Universidade	Instituição -Executivo	Estado
79	DPES	Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo	Sistema de justiça	Instituição -Judiciário	Estado
80	MPF	Ministério Público Federal	Sistema de justiça	Instituição -Judiciário	Estado
81	MPT	Ministério Público do Trabalho	Sistema de justiça	Instituição -Judiciário	Estado
82	PROCREP	Procuradoria da República no Município de Colatina	Sistema de justiça	Instituição -Judiciário	Estado
83	CAMARAREG	Câmara de Vereadores de Regência	Vereadores	Instituição -Legislativo	Estado
84	DpE_ELIANE	Eliana Dadalto Deputada Estadual pelo Partido Trabalhista Cristão-ES	Deputados	Instituição -Legislativo	Estado
85	DpF_GIVALDO	Givaldo Vieira da Silva Deputado Federal PCdoB-ES	Deputados	Instituição -Legislativo	Estado

Anexo 1. Continuação

Nº	Sigla	Nome	Categoria nativa	Tipologia*	Segmento
86	RENOVA	Fundação Renova	Fundação	Instituição	Mercado

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Survey (2018).

* Nota: Adaptado de Gurza Lavalle, Castello, Bichir (2007); Gurza Lavalle, von Bülow (2014).

Anexo 2. Categorias, tipologias e segmentos na rede ego do MAB

Nº	Sigla	Nome	Categoria nativa	Tipologia*	Segmento
1	LEVANTPOPJUV	Levante Popular da Juventude do ES	Movimentos sociais	Organizações Populares	Sociedade Civil
2	MAB	Movimento de Atingidos por Barragens	Movimentos sociais	Organizações Populares	Sociedade Civil
3	MAR	<i>Movimiento de Afectados por Represas</i>	Movimentos sociais	Organizações Populares	Sociedade Civil
4	MPA	Movimento de Pequenos Agricultores	Movimentos sociais	Organizações Populares	Sociedade Civil
5	FRENTBRPOP	Frente Brasil Popular	Movimentos sociais	Organizações Populares	Sociedade Civil
6	VIA CAMPESINA	Via Campesina	Movimentos sociais	Organizações Populares	Sociedade Civil
7	ARQUIDIOCESE_VIT	Arquidiocese de Vitória	Entidades Religiosas	Entidades Assistenciais-Religiosas	Sociedade Civil
8	CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores	Entidades Religiosas	Entidades Assistenciais-Religiosas	Sociedade Civil
9	DIOCESECOL	Diocese de Colatina	Entidades Religiosas	Entidades Assistenciais-Religiosas	Sociedade Civil
10	DOM_WLAD	Dom Joaquim Wladimir Lopes Dias	Entidades Religiosas	Entidades Assistenciais-Religiosas	Sociedade Civil
11	IGANGELICANA	Igreja Anglicana	Entidades Religiosas	Entidades Assistenciais-Religiosas	Sociedade Civil
12	IGCATOLICA	Igreja Católica	Entidades Religiosas	Entidades Assistenciais-Religiosas	Sociedade Civil
13	PD_KELDER	Padre Kelder Brandão	Entidades Religiosas	Entidades Assistenciais-Religiosas	Sociedade Civil

Anexo 2. Continuação

14	FEAB	Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil	Federações	Articuladoras	Sociedade Civil
15	FORUMMUL_ES	Fórum de Mulheres do Espírito Santo	Fóruns	Articuladoras-Multissetoriais	Sociedade Civil
16	FUP	Federação Única dos Petroleiros	Sindicatos	Associações de Trabalhadores	Sociedade Civil
17	SINDAEMA	Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Espírito Santo	Sindicatos	Associações de Trabalhadores	Sociedade Civil
18	SINDBANCA	Sindicato dos Bancários	Sindicatos	Associações de Trabalhadores	Sociedade Civil
19	SINDFER	Sindicato dos Ferroviários do Espírito Santo e Minas Gerais	Sindicatos	Associações de Trabalhadores	Sociedade Civil
20	SINDIPESMES	Sindicato dos Pescadores e Marisqueiros do Espírito Santo	Sindicatos	Associações de Trabalhadores	Sociedade Civil
21	SINDPETRO	Sindicato dos Petroleiros do Espírito Santo	Sindicatos	Associações de Trabalhadores	Sociedade Civil
22	STRCOL	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina-ES	Sindicatos	Associações de Trabalhadores	Sociedade Civil
23	UFES	Universidade Federal do Espírito Santo	Universidade	Instituição -Executivo	Estado
24	MPF	Ministério Público Federal	Sistema de justiça	Instituição -Judiciário	Estado
25	DPES	Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo	Sistema de justiça	Instituição -Judiciário	Estado
26	DP_HELDER	Helder Salomão Deputado Federal pelo PT-ES	Deputados	Instituição -Legislativo	Estado
27	DP_IRINY	Iriny Lopes Deputada Estadual pelo PT-ES	Deputados	Instituição -Legislativo	Estado

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das entrevistas (2020).